

**MANUAL DE PROCEDIMENTOS DE INSPEÇÃO DE SUÍNOS E DERIVADOS EM**  
**ESTABELECIMENTOS SOB CHANCELA DA INSPEÇÃO ESTADUAL (SIP/POA)**

Código: MAN DPAV/005

Versão 001

Elaboração: Carlos Henrique Siqueira Amaral,  
Verificação: Mariza Koloda Henning, Analuiza Borges  
Castro  
Aprovação: Gizela P. D. Bescorovaine

MAN DPAV/005  
Versão 001  
Data de emissão: 22/09/2025  
Página 1 de 32

## 1. OBJETIVO

O objetivo deste manual é orientar a execução das atividades de inspeção de suínos e derivados no âmbito do Serviço de Inspeção Estadual do Paraná assegurando a eficácia dos controles oficiais e promovendo a uniformidade dos procedimentos executados.

Assim, servirá de guia aos Médicos Veterinários Inspectores (MVI) dos estabelecimentos registrados no Serviço de Inspeção do Estado do Paraná / Produtos de Origem Animal (SIP/POA) na execução de suas atividades de inspeção das suínos e derivados, no âmbito do SIP/POA.

## 2. OBRIGAÇÕES

Os médicos veterinários inspetores dos estabelecimentos registrados no Departamento de Inspeção de Produtos e Origem Animal – DPAV da ADAPAR, devem:

- a) Estar presente do início ao término das atividades inerentes ao abate, incluindo os procedimentos de higienização pré e pós-operacional;
- b) Confirmar o recebimento dos animais no Sistema Informatizado da ADAPAR, tendo como referência as Guias de Trânsito Animal (GTAs);
- c) Desenvolver a rotina de inspeção ante mortem e post mortem, coleta de amostras.
- d) Utilização e preenchimento dos modelos de planilhas e demais documentos previstos neste Manual;
- e) Disponibilizar, sempre que requerido pelos proprietários dos animais abatidos, laudo em que conste as eventuais enfermidades ou patologias diagnosticadas nas carcaças durante a inspeção sanitária e suas destinações;
- f) Não autorizar o início do abate sem que haja funcionários em número suficiente para o bom andamento do processo;
- g) Controlar a numeração de lacres, previamente aprovados pela Adapar, utilizados em equipamentos, salas, portas de saídas de emergência, caminhões e cargas. A numeração dos lacres será única e de forma sequencial crescente, composta de 4 dígitos numéricos (0001 a 9999), seguida pelo número e letra de registro do estabelecimento no DPAV (ex.: 0001/XXXX-F);
- h) Ser responsável pelo treinamento e controlar as atividades dos auxiliares de inspeção sob sua tutela;

- i) Abrir Registro de Não Conformidade (RNC) diante dos desvios observados durante o abate e acompanhar o cumprimento das ações corretivas;
- j) Comunicar os Fiscais da ADAPAR, imediatamente, quando da emissão de uma RNC que expõe em risco a saúde pública ou tenha sido motivo de dolo ou má-fé;
- k) Comunicar os Fiscais da ADAPAR, durante a fiscalização do estabelecimento, todas as RNCs geradas no período entre as fiscalizações;
- l) Emitir certificado sanitário quando a legislação prever;
- m) Enviar ao Fiscal de Defesa Agropecuária, responsável pela fiscalização do estabelecimento, os relatórios mensais até o 5º dia útil do mês subsequente;
- n) Notificar à ADAPAR, em modelo padronizado (Formulário de Achados de Importância em Saúde Pública e Animal), as doenças de notificação obrigatória de impacto para a saúde pública ou defesa sanitária animal, conforme prevê a Instrução Normativa nº 50 de 24 de setembro de 2013.

### 3. INSPEÇÃO ANTE MORTEM

#### 3.1. OBRIGAÇÕES

Considerando a necessidade de se estabelecer orientações sobre a documentação de trânsito de animais destinados ou oriundos de abatedouro, bem como de padronizar procedimentos junto à ADAPAR, apresentamos os procedimentos a serem adotados nos abatedouros.

A inspeção *ante mortem* contempla a verificação da documentação dos animais com a avaliação das suas condições de saúde, de forma individual ou em lote, por meio do exame visual e por meio do exame clínico quando este último for necessário.

O abatedouro frigorífico é responsável pela recepção dos animais, avaliação dos documentos de trânsito animal e demais informações que os acompanham. Esses procedimentos devem estar contemplados nos seus programas de autocontrole.

A inspeção *ante mortem* e o preenchimento do FORM DPAV/025 - REGISTRO DA INSPECAO ANTE MORTEM DE SUINOS, é atribuição do MVI, podendo ser assistido por Auxiliares de Inspeção Sanitária e Industrial de Produtos de Origem

Animal (AI), em conformidade com as devidas competências legais.

Para a realização da inspeção *ante mortem*, caberá aos FDA, MVI ou AI a verificação da documentação de procedência dos animais apresentada pelo abatedouro frigorífico. Essa documentação deve ser fornecida pelo abatedouro frigorífico ao MVI, em conformidade com o art. 89 do Decreto nº 9.013 de 2017.

Os estabelecimentos devem dispor de programas de autocontrole desenvolvidos, implantados, mantidos, monitorados e verificados pelo estabelecimento, contendo registros sistematizados e auditáveis que comprovem o atendimento aos requisitos higiênico-sanitários e tecnológicos estabelecidos em Portarias da Adapar e em normas complementares, o controle de matéria prima, incluindo suínos vivos, rastreabilidade e o bem-estar animal estão contemplados dentre os programas de autocontrole mínimos exigidos.

A Adapar deverá avaliar se o abatedouro frigorífico contempla, nos programas de autocontrole, os procedimentos de recepção e segregação de suínos, nos casos aplicáveis, além do registro e monitoramento de informações essenciais como: lote, Identificação das Guias de Trânsito Animal (GTAs) de saída do estabelecimento de criação, currais de alojamento no abatedouro, número de suínos declarados na GTA, número de suínos recebidos, eventuais discrepâncias na GTA a serem comunicadas ao emissor da GTA para providências, eventuais justificativas e ações tomadas pelo abatedouro e emissor da GTA, data e hora do recebimento, data e hora da "liberação para abate" (considerando o término do jejum e dieta hídrica), identificação do lote, identificação individual do(s) bovino(s) e o motivo da segregação.

Devem ser cotejadas as informações e os dados apresentados quanto aos animais recebidos e quanto aos requisitos legais específicos, bem como avaliadas a autenticidade e a integridade física dos documentos.

Na GTA devem ser verificados os dados obrigatórios de procedência, destino, número e série do documento, identificação do emitente, número de animais, faixa etária, sexo, finalidade e informações complementares, de acordo com as normas do Departamento de Saúde Animal da Adapar, bem como as informações sobre vacinação obrigatória e se há restrições sanitárias ou de indicações de programas oficiais, como em violações no Plano Nacional de Controle de Resíduos e Contaminantes (PNCRC).

### 3.2 DOCUMENTAÇÃO

Como parte da inspeção *ante mortem* documental, o MVI deverá considerar em sua avaliação, no mínimo, os seguintes documentos apresentados pelo abatedouro em atendimento às normas aplicáveis:

Programação diária das atividades, contendo o quantitativo de animais a serem abatidos, incluindo as eventuais sobras de dia anterior, bem como as origens deles, os horários previstos para início e término das operações, objetivando a elaboração das escalas de trabalho pela equipe de inspeção. As informações deverão ser registradas em formulário ou documento onde conste, de forma sumarizada, todas estas informações. A referida programação deve ser apresentada com antecedência ao MVI, sendo o prazo mínimo de 24 (vinte e quatro) horas antes do início previsto das atividades;

Boletins Sanitários (BS), referentes a todos os lotes a serem abatidos. Os boletins conterão as informações complementares relativas à criação dos suínos nas granjas de origem. O BS será relativo ao lote de abate, ou seja, à unidade epidemiológica de criação, podendo abranger várias cargas (GTAs), desde que sejam da mesma origem ou procedência, conforme definido em legislação específica;

Deverão ser anexadas à documentação de abate, as cópias das eventuais comunicações e notificações de ocorrência de suspeitas ou dos diagnósticos confirmados, considerando, pelo menos, o atendimento às determinações do Departamento de Saúde Animal (DSA) da ADAPAR;

Cópias dos eventuais registros de atendimentos às notificações realizados pelo Serviço Veterinário Oficial (SVO) aos lotes de suínos nas propriedades;

GTA, referente a cada carga de suínos, discriminando o quantitativo de suínos que serão recebidos; e

Relação com a ordem sequencial do encaminhamento dos lotes para o abate, correlacionando as tatuagens aplicadas nos suínos com a propriedade de procedência.

A apresentação da documentação acima deverá ocorrer em tempo hábil de forma a permitir a verificação pelo MVI, antes da realização da inspeção *ante mortem*, sendo que a documentação poderá, conforme interesse da equipe de inspeção, ser solicitada, no dia anterior ao abate. A documentação original deve ser impressa e arquivada pelo abatedouro frigorífico, sendo que somente será considerada válida a documentação que apresentar a assinatura manuscrita, digital ou eletrônica, com a validade jurídica necessária para o ato declaratório,

considerando a competência definida pelas normas para a assinatura de cada documento. Uma cópia da planilha de recebimento de suínos deverá ser arquivada pelo MVI.

O operador do abatedouro frigorífico, responsável pelo recebimento dos suínos, irá registrar as informações mínimas de interesse da inspeção em formulários específicos contemplados em seus programas de autocontrole. As GTAs, os BSs, as documentações sanitárias complementares, bem como os registros de autocontrole, ficarão sob a guarda do abatedouro frigorífico e deverão estar disponíveis para avaliação e auditoria sempre que requeridos pelo FDA ou MVI.

### 3.2.1 AVALIAÇÃO DOCUMENTAL CABERÁ AO MVI:

Avaliar a conformidade da programação de abate em relação à legislação vigente, bem como o atendimento às normas emitidas pela Adapar, no âmbito do abatedouro frigorífico;

Avaliar o BS e demais documentos como parte do exame *ante mortem* documental, conforme as competências e os procedimentos definidos;

Avaliar a conformidade da documentação e dos autocontroles aplicados na recepção dos suínos para o abate em relação à conformidade das informações sanitárias do BS e do trânsito animal; e

Adotar ações necessárias no caso de identificação de não conformidades de ordem sanitária ou de não conformidades nos autocontroles.

#### Boletim sanitário

Os MVI devem receber as informações, na forma do FORM DPAV 030- BOLETIM SANITÁRIO DE ACOMPANHAMENTO DE LOTE DE SUÍNOS, com 24h (vinte e quatro horas) de antecedência à chegada dos animais.

A GTA, à qual o BS deverá fazer referência, deve acompanhar a carga de animais.

O BS deverá transcrever informações constantes na ficha de acompanhamento de lote (documento de controle do produtor/integração) e deverá ser emitido e assinado pelo Médico Veterinário responsável pela segurança sanitária dos animais. Este documento poderá também ser assinado pelo proprietário dos animais, desde que as informações sejam homologadas pelo Médico Veterinário da indústria de abate, que responde pela aquisição dos suínos.

No caso de fornecedores terceiros, a empresa deve criar um programa de



verificação das informações declaradas no BS, mantendo registros auditáveis. Este programa será verificado oficialmente no elemento de controle de matéria-prima e no *ante mortem*, ou por outros departamentos da ADAPAR conforme a competência.

No caso de cargas do mesmo lote em datas diferenciadas (carregamento segmentado ou parcial de lote) devem ser preenchidos um BS inicial, e um BS complementar para as cargas subsequentes, sempre correlacionando e repetindo as declarações de todas as cargas anteriores do mesmo lote, para formar o histórico do lote em um único documento.

O MVI que receberá o BS deverá avaliar as informações ali relacionadas, para programar e realizar os procedimentos de inspeção *ante mortem* conforme os dados declarados a campo (*ante mortem* documental) considerando o previsto nas demais normas.

### Documentação de trânsito dos animais

Considerando a necessidade de se estabelecer orientações sobre a documentação de trânsito de animais destinados ou oriundos de abatedouro frigorífico, apresentamos os procedimentos a serem adotados nos abatedouros frigoríficos.

### Emissão de Guia de Trânsito Animal (GTA) para saída de animais de abatedouro

Toda GTA de saída de animais de abatedouro somente poderá ser confeccionada a partir de GTA emitida para a movimentação dos animais para o referido estabelecimento, e terá como origem o abatedouro onde se encontram os animais; e

A GTA de saída, que poderá ser solicitada formalmente pelo responsável legal pelo abatedouro, será emitida pela Adapar e conterá, no campo aberto, o número e série, e a data de emissão da GTA de origem, o número real de animais recebidos, a data de chegada e o número de animais a serem devolvidos.

### Divergências entre informações das GTA emitidas com finalidade de abate e dos animais recebidos no abatedouro

Havendo constatação de divergência entre quantidade ou sexo dos animais recebidos no abatedouro frigorífico e o descrito na GTA de origem, o abatedouro frigorífico deverá realizar os procedimentos de avaliação de procedência e, caso necessário, de consulta junto a Adapar e ao proprietário e, se aplicável, segregar

o lote de animais até que sejam apresentados os documentos que comprovem a procedência dos animais recebidos em número divergente ao descrito na respectiva GTA.

Para avaliação de procedência, deverão ser utilizados os seguintes indicativos: marca a fogo; tatuagem; brinco; nota fiscal do produtor; características gerais dos animais (lotes heterogêneos), incluindo raça, linhagem, porte, idade, escore corporal, entre outros.

Diante da constatação de divergência na quantidade, cujo número de animais recebidos seja inferior ao descrito na GTA de origem, o abatedouro frigorífico deverá registrar a ocorrência em seus controles e comunicar o fato ao MVI que fará a confirmação do número de animais recebidos.

Quando houver a divergência na quantidade, cujo número de animais recebidos seja maior, ou que haja divergência quanto ao sexo dos animais, e após a avaliação da procedência pelo abatedouro frigorífico, são possíveis as seguintes conclusões:

- a. Indicativo de que os animais recebidos são procedentes da exploração pecuária informada na GTA de origem:
  - Impedir o descarregamento destes animais;
  - O abatedouro frigorífico deverá registrar a ocorrência em seus controles e comunicar o fato ao MVI e ao produtor, que adotará providências junto ao ADAPAR para regularização da situação cadastral, e esse emitirá documento comprobatório a ser apresentado ao MVI que autorizará o abate do lote de animais recebidos naquelas condições; e
- b. Na hipótese de dúvida quanto à procedência dos animais, o abatedouro frigorífico deverá registrar a ocorrência em seus controles, notificar o produtor,



comunicar a ocorrência ao MVI e manter os animais segregados:

- O responsável legal pelo abatedouro frigorífico ou o produtor deverá entrar em contato com a ADAPAR para regularização da situação cadastral, mediante apuração pertinente;
  - Comprovada a procedência dos animais e regularizada a situação cadastral, a ADAPAR emitirá documento comprobatório que será entregue ao abatedouro frigorífico, para fins de regularização documental para liberação do abate; e
- c. Não sendo possível a comprovação de procedência, a ADAPAR deverá definir a destinação dos animais.
- d. O lote ficará segregado até ulterior deliberação do órgão executor responsável pela emissão da GTA, para definição da destinação dos animais.
- e. A regularização não poderá ocorrer por meio de emissão de uma nova GTA ou “GTA complementar”, e deverá constar, no documento comprobatório emitido pela ADAPAR, a informação de que não existiam restrições documentais e sanitárias para o trânsito dos animais para o abate e a propriedade possuía saldo de animais suficiente quando do momento do trânsito.
- f. Após a verificação dos documentos, o MVI dará prosseguimento ao exame ante mortem dos animais destinados ao abate, procedendo ao seguinte:
- Verificar a(s) ficha(s) da(s) pocilga(s) e sua descrição quanto a quantidade, sexo e espécie dos animais alojados;
  - Examinar visualmente os animais, observando a sua movimentação, coordenação motora e demais aspectos externos;
  - Segregar aqueles animais que tenham apresentado qualquer sinal de anormalidade para um exame mais detalhado no curral de observação. O exame mais detalhado inclui a auscultação, termometria, palpação e outros procedimentos os quais justifiquem a destinação do animal; e
  - Assinar a(s) ficha(s) da(s) pocilga(s) após a verificação, anotando o horário individualmente em cada ficha de curral, da execução do exame *ante mortem*.

Sempre que for constatada a suspeita de enfermidades de notificação obrigatória, conforme disposto na Instrução Normativa MAPA nº 50, de 24 de setembro de

2013, a ADAPAR deve ser comunicada.

Após a inspeção *ante mortem*, os animais poderão ser destinados ao abate, segregados para o abate de emergência ou destinados à necropsia.

#### *Ações do MVI em caso de abate de animais sem documento de trânsito*

São consideradas cargas de animais sem documento de trânsito, as cargas que transitaram sem qualquer emissão prévia de documento (GTA ou autorização de abate ou sacrifício emitido pelo ADAPAR) que respaldasse o trânsito daquele lote, neste caso deverão:

- a) Impedir o descarregamento destes animais;
- b) Comunicar à ADAPAR, para conhecimento e providências cabíveis;
- c) Na hipótese de recepção de animais na condição disposta no item “a”, caberá:
- d) Segregação do lote, se a constatação for realizada pelo abatedouro, com comunicação ao MVI ou sequestro do lote, se a constatação for realizada pelo MVI durante a inspeção *ante mortem*;
- e) Comunicação à ADAPAR, para conhecimento e providências cabíveis;

No caso de impossibilidade de identificação de procedência, os animais serão destinados ao abate em separado (final do abate) e todos os produtos gerados devem ser destinados a destruição, não cabendo envio para aproveitamento em estabelecimentos fabricantes de farinhas e produtos gordurosos destinados à alimentação animal, uma vez que se desconhece a situação farmacológica desses animais, em especial quanto as drogas utilizadas, o respeito aos prazos de carência, o uso realizado conforme a bula e o não uso de fármacos proibidos, o que traz risco potencial de resíduos nesses produtos de abate, o que, por sua vez poderia contaminar toda a cadeia;

Os abatedouros deverão manter atualizado o contato Escritório Local da ADAPAR do município onde estão localizados.

### **3.3 PROCEDIMENTOS DE VIGILÂNCIA SANITÁRIA DE DOENÇAS DOS ANIMAIS, A SEREM EXECUTADOS EM ESTABELECIMENTOS DE ABATE.**

Compete ao MVI comunicar ao Departamento de Saúde Animal (DESA) e Departamento de Inspeção de Produto de Origem Animal e Vegetal (DPAV) da ADAPAR, a detecção de lesões compatíveis com Peste Suína Clássica (PSC), Peste Suína Africana (PSA) e

Síndrome Reprodutiva e Respiratória dos Suínos (PRRS), para realização da investigação clínica e epidemiológica, por aquele Serviço.

A comunicação tratada no parágrafo anterior, poderá ser realizada por meio do registro da notificação no sítio eletrônico e-Sisbravet ([www.gov.br/agricultura/pt-br/notificacao](http://www.gov.br/agricultura/pt-br/notificacao)), que a direcionará para a ULSA da região onde se localiza o estabelecimento de ocorrência do caso suspeito ou por meio de contato telefônico com a citada ULSA, tendo em vista a urgência da situação.

Na hipótese de a notificação ser realizada por contato telefônico, o MVI deverá, em seguida, gerar registro auditável do contato, por meio de envio de correio eletrônico (e-mail) para a ULSA, onde conste todas as informações da notificação, inclusive os horários de sua realização, ou de suas tentativas de realização.

É facultado ao estabelecimento também efetuar a notificação de suspeita, utilizando-se dos meios previstos nas normas vigentes da Saúde Animal, em face da celeridade que requer a situação.

Os procedimentos referentes a orientações sobre suspeitas de doenças vesiculares em estabelecimentos de criação e abatedouros de suínos devem seguir as instruções emitidas pelo DSA.

#### *I - Exame dos animais:*

Os procedimentos de inspeção *ante mortem* e de necropsia deverão abranger todos os animais recebidos.

A inspeção *ante mortem in loco* será realizada pelo MVI por meio da avaliação visual dos lotes de suínos recebidos para abate nas diferentes cargas alojadas nas dependências do abatedouro.

Durante a inspeção *ante mortem* deverá ser observado se os animais apresentam sinais de sofrimento ou alguma restrição para o abate normal, sejam doenças ou lesões, cujo objetivo principal é a identificação de sinais ou evidências de doenças de notificação obrigatória.

Desta forma, a inspeção *ante mortem in loco* de rotina, consiste na avaliação comportamental e populacional dos lotes de suínos recebidos para abate.

Havendo necessidade, além da inspeção visual, o MVI poderá se utilizar de todas as ferramentas semiológicas disponíveis, procedendo ao exame físico individual dos suínos em que se evidencie ou se suspeite de alterações ou de sinais clínicos de enfermidades ou condições incapacitantes, não somente relacionadas às doenças de notificação obrigatória, mas também relacionadas ao bem-estar animal e demais enfermidades

próprias da espécie, que possam ter impacto na sequência do abate ou que representem risco à saúde pública.

Diante disto, o MVI poderá, a seu critério, realizar termometria, palpação, auscultação, coleta de material biológico etc. Enfim, poderá utilizar todas as ferramentas semiológicas disponíveis para firmar seu diagnóstico e definir a destinação adequada ao animal e ao lote, dependendo da situação.

## *II - Necropsia*

Em atendimento ao art. 97 do Decreto nº 9.013 de 2017, a existência de animais mortos em veículos transportadores, nas pocilgas ou em qualquer dependência do estabelecimento deve ser imediatamente levada ao conhecimento do MVI.

As necropsias têm como finalidade a avaliação anatomopatológica para subsidiar a avaliação de lotes em que exista a suspeita ou indícios de ocorrência de doenças de notificação obrigatória, servindo como base para fundamentar ou descartar tal suspeita.

As particularidades da criação da espécie suína para abate, pode ocasionar índices de mortalidade os quais não estão associados a questões de ordem sanitária.

Além disso, as criações estão sujeitas aos controles de sanidade animal, seja em sistemas de integração, de cooperativismo ou, mesmo, de criadores independentes devidamente registrados no serviço oficial de saúde animal.

Assim, as necropsias poderão ser dispensadas a critério do MVI, o qual considerará:

Os resultados da avaliação *ante mortem* em conformidade;

Não haver quaisquer outros indícios que justifiquem a suspeita de ocorrência das doenças de notificação obrigatória;

Estejam disponíveis todas as informações relativas à cadeia produtiva de forma completa e confiável; e

A mortalidade dos suínos no transporte não excedendo os padrões considerados de rotina, de acordo com o histórico das criações e com um padrão de aceitabilidade previsto no programa de autocontrole do abatedouro.

Deverá ser realizado o procedimento de necropsia em uma amostragem do lote de suínos, no caso do não atendimento de qualquer um dos itens acima. Essa amostragem deverá ser de, no mínimo, 1 (um) suíno por lote de animais. No caso do resultado da avaliação *ante mortem* não conforme, o MVI deverá considerar achados no *ante mortem* que justifiquem a necropsia ou uma avaliação mais detalhada do lote.

Os suínos mortos e encaminhados à necropsia pelo operador do estabelecimento, devem ser perfeitamente identificados, sendo possível ao MVI rastrear o lote ou carga a que pertencem. Para tanto, a identificação pode ser feita através de tatuagem à tinta, bastão marcador, brinco ou qualquer outro meio que permita a correta identificação e correlação com o respectivo lote.

Também, em casos em que as alterações cadavéricas já estejam em estágio adiantado, prejudicando a correta interpretação dos achados, pode-se descartar a realização das necropsias destes animais.

Se as lesões encontradas forem sugestivas de doença prevista no Programa Nacional de Sanidade Suídea (PNSS), os procedimentos previstos no Plano Integrado de Vigilância de Doenças dos Suínos do PNSS, devem ser adotados.

### *III - Abate de emergência*

Os suínos recebidos para abate poderão ser liberados para o abate normal, após cumprirem o período de espera e jejum hídrico, caso não apresentem sinais de enfermidades ou lesões que possam comprometer ou que possam ser mascaradas após o abate deles.

Deverão ser segregados os suínos em que seja constatada a presença de lesões ou sinais de enfermidades que possam comprometer as condições higiênico-sanitárias do processo de abate ou que necessitem de uma avaliação mais detalhada por ocasião da inspeção *post mortem*. Deverão ser segregados, ainda, os suínos com evidências de lesões incapacitantes, relacionadas ou não ao bem-estar animal. Conforme o motivo que gerou a segregação, os suínos serão destinados ao abate de emergência ou ao sacrifício sanitário. Nestes casos, é importante que a equipe de inspeção proceda à avaliação criteriosa na inspeção *ante mortem*, de forma a proceder ao sequestro apenas dos animais que efetivamente se enquadrem nos casos de abate de emergência, no sentido de evitar transtornos desnecessários no processo de abate, à rastreabilidade dos lotes e aos próprios animais.

Os suínos portadores de lesões que possam comprometer a segurança higiênico-sanitária do processo de abate normal, mas que aparentam estar em boas condições corporais, devem ser segregados e destinados à matança de emergência, preferivelmente realizada ao final do processo de abate ou do turno.

Os suínos que estejam lesionados, fraturados ou em condições que evidenciem dor ou sofrimento e, desde que estejam em boas condições corporais, deverão ser destinados ao abate de emergência, no mais breve espaço de tempo possível.



Suínos procedentes de cargas que tenham sofrido acidente durante o transporte poderão também ser submetidos ao abate de emergência, no mais curto espaço de tempo possível, a fim de minimizar o sofrimento deles.

Suínos com lesões que evidenciem avançado grau de comprometimento das carcaças, tais como aqueles com caquexia ou com outras condições que evidenciem septicemia ou outros sinais que justifiquem a condenação total das carcaças, devem ser submetidos ao sacrifício sanitário, realizado diretamente no setor de necropsia. Esse sacrifício deve ser precedido da correta insensibilização dos animais.

Para lotes de animais onde se evidencie o não atendimento de alguns requisitos sanitários, de carência de medicamentos ou relacionados ao trânsito animal, podem ser realizadas a segregação e a apreensão cautelar dos mesmos, ficando sua liberação condicionada à resolução da causa que originou o sequestro ou a apreensão.

Para os casos em que a causa da apreensão ou do sequestro dos lotes se refira a questões relacionadas à suspeita de doença de notificação obrigatória, deve-se contatar imediatamente a DESA responsável pela fiscalização do estabelecimento.

Os suínos que forem segregados deverão ser identificados pelo abatedouro frigorífico, de forma clara e inequívoca, de tal maneira que esta marcação permaneça nas carcaças mesmo depois de passarem por todas as etapas do processo de abate, permitindo ao MVI, na avaliação *post mortem*, correlacionar os achados do *ante mortem* com os achados do *post mortem* e, desta forma, firmar o diagnóstico, bem como determinar a destinação adequada para as respectivas carcaças e vísceras. Para uma avaliação mais detalhada e precisa, todas as carcaças segregadas deverão ser desviadas ao Departamento de Inspeção Final (DIF), para que seja possível a sua avaliação pelo MVI. De acordo com o disposto no artigo 111 do Decreto nº 9.013 de 2017, as carcaças de animais abatidos de emergência que não foram condenadas podem ser destinadas ao aproveitamento condicional ou, não havendo qualquer comprometimento sanitário, serão liberadas, conforme critérios previstos no mesmo Decreto nº 9.013 de 2017.

Suínos inicialmente segregados pelo autocontrole e que, após terem passado pela inspeção ante mortem, se evidencie que não sejam portadores de sinais clínicos de enfermidades ou alterações que demandem o abate de emergência mediato ou que não estejam incapacitados para locomoção, sendo julgados em condição de seguir para o abate normal, não necessitam ser identificados como segregados no FORM DPAV 025 - REGISTRO DA INSPECAO ANTE MORTEM DE SUINOS, devendo ser contabilizados diretamente como liberados para o abate, sem a necessidade de registro específico no referido formulário, indicativo de que tenham sido submetidos à segregação prévia.



### *Abate de emergência imediata*

Sempre que o MVI constatar a necessidade do abate de emergência, sem indícios de nenhuma doença ou lesão que implique no abate em separado, esses animais serão destinados de imediato para o abate. Para isso, a empresa deverá providenciar meios de transporte e de acesso desses animais à sala de abate.

Nos casos em que não houver a possibilidade da presença do MVI e sua equipe para a realização do abate de emergência, ou, ainda, caso o estabelecimento entenda que, por razões comerciais e/ou operacionais (quantidade de animais, custo adicional da mão de obra, entre outros) não seja viável o eventual aproveitamento parcial ou condicional da carcaça e partes animais, a empresa poderá realizar o sacrifício do animal, respeitando os princípios de bem-estar animal. O MVI irá realizar posteriormente a necropsia do animal, sendo observado o seguinte:

A empresa deverá manter registros auditáveis da operação, contemplando, a condição do animal antes do abate. Além disso, deve constar a descrição detalhada da ocorrência e as ações adotadas para minimizar o sofrimento dos animais, incluso o horário do sacrifício. As carcaças dos animais devem ser transferidas, em veículo apropriado, para as dependências de necropsia, para que o MVI realize esta atividade e demais procedimentos a ela inerentes, na primeira oportunidade. Neste caso, as carcaças e seus resíduos serão tratados em conformidade com disposto na legislação federal; e

O estabelecimento deverá identificar e segregar os lotes de origem dos animais até avaliação pelo MVI e, ainda, investigar as causas da injúria dos animais para adoção de medidas preventivas, ante as obrigações conferidas pelo art. 88 do Decreto nº 9.013 de 2017.

### *IV - Registros de inspeção ante mortem*

Os achados relativos à inspeção *ante mortem* devem ser registrados no FORM DPAV 025 - REGISTRO DA INSPECAO ANTE MORTEM DE SUINOS

Quanto ao FORM DPAV 025 - REGISTRO DA INSPECAO ANTE MORTEM DE SUINOS, a primeira e a segunda parte dele, destinam-se ao registro das informações gerais do lote. Na primeira parte, deve ser registrada a identificação dos lotes. Na segunda parte, será registrado o resumo do lote, com a informação do total de suínos recebidos, total de liberados para abate normal, total de sequestrados, total de destinados à matança mediata (MM), total destinado à matança imediata (MI), total destinado ao sacrifício sanitário definido pelo MVI, total destinado ao sacrifício pelo autocontrole na ausência do MVI, o total de mortos no transporte (MT), de mortos em pocilga (MP) e, do total destes mortos, quantos foram submetidos à necropsia. Todos os animais sacrificados devem ser submetidos à necropsia (N). Já a terceira parte do formulário destina-se ao registro dos achados individuais relativos aos suínos sequestrados, sacrificados e aos que foram

submetidos à necropsia. Para tanto, estão previstos 10 conjuntos com 3 colunas por lote. Cada conjunto de colunas destina-se ao registro, onde será indicada a identificação individual dos suínos, o motivo do sequestro ou a provável causa da morte/sacrifício e o encaminhamento dado aos suínos. Os possíveis encaminhamentos são:

MM – Matança mediata;

MI – Matança imediata;

S – Sacrifício sanitário determinado pelo SIF;

A - Sacrifício determinado pelo autocontrole na ausência de servidor do SIF; e

N – Necropsia.

Para os animais encaminhados à MM e à MI o registro dos achados *post mortem* e o destino dado às carcaças serão feitos apenas no formulário do DIF (FORM DPAV 026 - REGISTRO DE INSPECAO FINAL - DIF SUÍNOS). No registro do DIF, a carcaça deverá ser registrada com a mesma identificação aplicada ao suíno sequestrado, de forma a se manter o vínculo com o registro do *ante mortem*. Para os suínos encaminhados à necropsia, ao sacrifício sanitário ou ao sacrifício determinado pelo autocontrole, o destino dado às carcaças será sempre o previsto nos incisos I, II e III do parágrafo 2º do artigo 99 e no artigo 100 do Decreto nº 9.013 de 2017, ficando, assim, subentendido e definido que tais carcaças não serão destinadas ao consumo humano.

O registro inicial individual no FORM DPAV 025 - REGISTRO DA INSPECAO ANTE MORTEM DE SUINOS deve ser feito por linha. O que não couber em uma única linha deve ser preenchido nas linhas subsequentes, sempre mantendo a sequência de agrupamento e recebimento do lote. Devem ser elaboradas legendas para identificar as causas aparentes ou prováveis que determinaram o sequestro ou a morte, observando a padronização de nomenclatura prevista em normas. Quanto aos encaminhamentos, a legenda já se encontra padronizada (MM/MI/N/S/A).

Na parte do registro individual (parte 3), deve ser registrado o número sequencial do suíno segregado, precedido pelo código de identificação aplicado e que venha a identificar se o animal foi sequestrado ou se foi encaminhado à necropsia, sugerindo-se a utilização das letras E ou N (emergência e necropsia). Exemplo: E1, E2, E3...; N1, N2..., Na sequência registra-se a causa provável ou aparente do sequestro ou causa provável ou aparente da morte (no caso de necropsia). Em ambos os casos devem ser utilizadas legendas para o registro desta identificação. Por último, registra-se o encaminhamento dado ao animal, conforme o caso. Os suínos sequestrados e encaminhados à MM e MI, devem ser avaliados posteriormente no DIF, pelo MVI, registrando-se os achados no respectivo formulário. Com relação aos suínos sacrificados

pelo autocontrole, por questões de bem-estar animal (BEA), na ausência de servidor do MVI, este deve realizar posteriormente a necrópsia ou avaliação dos registros gerados.

#### **4. INSPEÇÃO POST-MORTEM**

A inspeção *post mortem* trata do exame macroscópico da carcaça e das vísceras dos animais abatidos, abrangendo a observação e a apreciação de seus caracteres externos, sua palpação e a abertura dos gânglios linfáticos correspondentes. A inspeção *post mortem* é dividida em linhas de inspeção, para uma melhor execução em escala industrial. Devem ser observadas as premissas da manutenção da correlação víscera/carcaça durante todo o abate e do desvio do conjunto víscera/carcaça para o DIF. Outra premissa, não menos importante, é a noção de que, para suínos, a base do sistema tradicional de inspeção é o sistema linfático, associado à visualização, à palpação e à incisão dos órgãos, se necessário, para contribuir no exame das carcaças e vísceras. Lesões localizadas são condenadas no local e lesões com repercussão na carcaça são desviadas para o DIF (conjunto víscera/carcaça).

É obrigatória a existência de um procedimento sistemático de identificação das carcaças, das suas partes e dos respectivos órgãos que forem encaminhados para o DIF. Este procedimento deve assegurar que o local da lesão seja destacado e garantir a correlação entre a carcaça e órgãos encaminhados ao DIF, em todas as linhas de inspeção, que podem ser realizadas por meio de chapinhas tipo 1 para identificação das lesões e chapinhas tipo 2 (numeradas) para correlação entre a carcaça e as vísceras ou por outro método alternativo, desde que a forma adotada possibilite a identificação da lesão e a correlação entre a carcaça e as vísceras de forma inequívoca. Essa forma de identificação da lesão e da correlação, assim como os meios e utensílios necessários para o procedimento, devem ser fornecidos pelo abatedouro frigorífico e devem estar previstos no plano de inspeção. Para fins de redação, será utilizado no presente manual o termo “chapinha”.

As carcaças e vísceras desviadas ao DIF podem ser marcadas com chapinhas tipo 1 para facilitar a identificação das lesões no DIF e devem ser marcadas sempre com chapinhas tipo 2 (numeradas).

A consulta à Portaria MAPA nº 711 de 1995 é importante para dirimir dúvidas sobre fase preparatória, podendo ocorrer variações em função da velocidade horária, mas que não prejudiquem o exame *post mortem*. Interesses de saúde pública e de prevenção à contaminação cruzada devem também ser levados em consideração quando da execução da inspeção *post mortem*, assim como a defesa do consumidor.

A inspeção *post mortem* é atribuição do MVI, podendo ser assistido por AI devidamente capacitados, em conformidade com a devida competência legal.

### *I - Sincronia entre carcaça, conjunto cabeça e língua e das vísceras*

De acordo com art. 119, do Decreto nº 9.013 de 2017, a correspondência entre as cabeças, carcaças, as partes das carcaças e suas respectivas vísceras devem ser mantidas até o término do exame post mortem, sendo que é de responsabilidade do abatedouro frigorífico, a manutenção desta correlação e do sincronismo.

A forma de identificação da lesão e da carcaça, cabeça e vísceras, assim como a correlação utilizada pelo MVI para desvio ao DIF deve facilitar sua visualização e estar contemplada no plano de inspeção.

O abatedouro frigorífico deve garantir a sincronia entre carcaça, cabeça e vísceras, de forma a assegurar que não haja a retirada das mesmas da sala de abate, antes de realizada a completa inspeção pelo MVI.

Para um bom funcionamento dos trabalhos nas linhas de inspeção, é de fundamental importância que exista um procedimento sistemático de marcação das carcaças, das vísceras e das cabeças que forem encaminhadas para o DIF, bem como uma boa comunicação entre os funcionários nas linhas. Esse sistema de marcação também deve identificar de forma precisa o local da lesão encontrada, de forma a facilitar os trabalhos no DIF. Além disso, os locais de inspeção devem dispor de instalações, equipamentos e instrumentos para execução do exame, tais como pias dotadas de esterilizadores, carrinhos para transporte de vísceras, ábacos para marcação das lesões, espaço e iluminação suficientes, entre outros.

O MVI deve verificar diariamente, e sempre que houver suspeita de não conformidades em relação à sincronia entre a carcaça, o conjunto cabeça-língua e as vísceras. O estabelecimento deverá adotar as medidas cabíveis para sua correção.

#### *4.1. Técnica de Inspeção nas linhas*

Os exames de inspeção *post mortem* são realizados em locais denominados linhas de inspeção. Examina-se interna e externamente a carcaça e o conjunto cabeça/papada, além da língua, vísceras abdominais e torácicas e nodos linfáticos de cadeias regionais de fácil acesso. O cérebro somente será avaliado se comercializado ou industrializado.

Na fase preparatória deverão ser feitas marcações e numerações nas vísceras e nas carcaças correspondentes, de forma a garantir a rastreabilidade e a perfeita correlação víscera/carcaça.

Após a fase preparatória, realizada pelo abatedouro frigorífico fiscalizado, a qual deverá seguir o preconizado na Portaria MAPA nº 711 de 1995, será feita a inspeção de vísceras e carcaças. Segue abaixo o quadro resumo das divisões em linhas de inspeção para suínos.

De modo geral, as vísceras com alterações restritas e contaminações são condenadas na linha de inspeção. Isso se aplica para carcaças com alterações restritas e pequenas contaminações nas quais são retiradas apenas as partes atingidas. Isso não é aplicável às lesões e às contaminações com repercussão na carcaça, que será desviada pela equipe de linha ao DIF, para melhor avaliação.

LINHA	PROCEDIMENTO DE INSPEÇÃO
A1	Cabeça e nodos linfáticos da "papada"
A	Útero
B	Intestinos, estômago, baço, pâncreas e bexiga
C	Coração e língua
D	Fígado e pulmão
E	Carcaça
F	Rins
G	Cérebro

Quadro 1: Linhas de inspeção.

Para se fazer o desvio do conjunto víscera/carcaça, serão utilizadas as chapinhas do tipo 1 (carcaça e cabeça/papada), que marcam o local da lesão para facilitar o DIF, e as do tipo 2, que estão presentes na inspeção de carcaça e na mesa de inspeção, e servem para manter a correlação víscera/carcaça. A descrição de tamanho e forma destas chapinhas consta na Portaria MAPA nº 711, de 1995.

#### *Linha A1 - Inspeção de cabeça e nodos linfáticos da "papada"*

Trata-se da primeira linha de inspeção, onde serão inspecionados o conjunto formado pela cabeça e os nodos linfáticos da papada, os quais deverão estar preparados de modo a facilitar a inspeção com a visualização de seus achados.

#### *Técnica de inspeção da cabeça*

A inspeção deverá:

Elaboração: Carlos Henrique Siqueira Amaral,  
Verificação: Mariza Koloda Henning, Analuiza Borges  
Castro  
Aprovação: Gizela P. D. Bescorovaine

MAN DPAV/005  
Versão 001  
Data de emissão: 22/09/2025  
Página 19 de 32



Inspecionar visualmente todas as partes da estrutura, inclusive as cavidades bucal e nasal;

Incisar, em corte sagital, os masseteres e pterigóideos praticando incisões extensas e profundas de modo a oferecer o máximo de superfície à exploração de cisticercose e sarcosporidiose;

Incisar, no sentido longitudinal, os nodos linfáticos parotídeos e as glândulas parótidas, acompanhando sempre com a vista, atenciosamente, a penetração progressiva do fio da faca na parte objeto de exame, para melhor encontrar e localizar as lesões, regra que deve ser sistematicamente seguida na inspeção de qualquer peça por incisão à faca;

Observar a cor das mucosas; e

Marcar, com chapas vermelhas "tipo 1", o local preciso da lesão que for observada.

#### *Técnica de inspeção da "papada"*

A inspeção deverá:

Inspecionar externa e internamente de forma visual, buscando encontrar possíveis lesões, verificando a coloração do tecido adiposo da região cervical;

Incisar longitudinalmente os nodos linfáticos cervicais, retrofaríngeos e mandibulares, usando faca e gancho de inspeção; e

Marcar, com chapas vermelhas "tipo 1", o local preciso das lesões observadas.

#### *Linha A - Inspeção de útero*

A inspeção será realizada em fêmeas junto à mesa de evisceração, nas bandejas de vísceras brancas.

#### *Técnica de inspeção de útero*

A técnica consiste em visualização e palpação, visando detectar metrites, maceração ou mumificação fetal, adiantado estado de gestação, anomalias ou lesões de qualquer natureza

#### *Linha B - Inspeção de intestinos, estômago, baço, pâncreas e bexiga*

Realizada junto à mesa de evisceração, nas bandejas de vísceras "brancas".



### *Técnica de Inspeção na linha “B”*

A inspeção deverá:

Proceder à visualização, à palpação e à incisão, quando necessários, do conjunto constituído pelo estômago, intestinos, pâncreas, baço e bexiga; e

Incisar em fatias os nodos linfáticos da cadeia mesentérica e os gástricos.

### *Linha C - Inspeção de coração e língua*

O coração e a língua devem estar devidamente alocados nas bandejas de vísceras “vermelhas”.

### *Técnica de inspeção do coração*

A inspeção deverá:

Inspecionar visualmente o coração e o pericárdio;

Incisar o saco pericárdico;

Inspecionar visualmente o epicárdio, superfície do coração, sob água morna corrente a 38/ 40°C (trinta e oito a quarenta graus centígrados), com vistas à pesquisa de cisticercose e sarcosporidiose;

Proceder à palpação do órgão;

Destacar o coração dos pulmões, seccionando os grandes vasos da base;

Incisar longitudinalmente, sob chuveiro com água morna a 38/40° C (trinta e oito a quarenta graus centígrados), o coração esquerdo da base ao ápice, estendendo esta incisão através da parede interventricular até o coração direito, permitindo desta maneira uma maior superfície de exposição das cavidades atrioventriculares; e

Inspecionar visualmente o endocárdio e as válvulas.

### *Técnica de inspeção da língua*

A inspeção deverá:

Proceder ao exame visual externo da língua, massas musculares, faringe, laringe, e tecidos adjacentes;

Proceder à palpação do órgão; e

Realizar incisão longitudinal profundo na face ventral mediana, para pesquisa de cisticercose e sarcosporidiose.

#### *Linha D - inspeção dos pulmões e fígado*

Também serão alocados em bandejas de vísceras vermelhas.

#### *Técnica de inspeção dos pulmões*

A inspeção deverá:

Inspecionar visualmente a superfície dos pulmões, traqueia e esôfago;

Proceder à palpação;

Incisar os nodos linfáticos apical, brônquicos e esofágicos em lâminas longitudinais, sem picá-los; e

Incisar os pulmões à altura da base dos brônquios e bronquíolos a fim de permitir a exploração da luz bronquial, que será feita com o objetivo de verificar o estado da mucosa, a constatação de metastrongilose, aspiração de sangue, água ou broncopneumonia. Incisar o parênquima, quando necessário.

#### *Técnica de inspeção do fígado*

A inspeção deverá:

Inspecionar visualmente as faces dos órgãos;

Proceder à palpação;

Incisar transversalmente e comprimir os ductos biliares;

Incisar em lâminas longitudinais (sem picar) os nodos linfáticos da víscera;

Inspecionar visualmente e por meio de palpação, a vesícula biliar, incisando-a, se necessário, e separadamente, em local próprio.

Condenar totalmente ao nível da "Mesa de Inspeção o fígado, ou eliminar suas porções lesadas, conforme apresentem, respectivamente, formas difusas ou circunscritas previstas na legislação, das afecções que não têm implicações com a carcaça e com os demais órgãos, tais como: congestão, hidatidose, ascaridiose, *Cysticercus tenuicollis* etc.

Nestes casos, assinalar as condenações no quadro marcador. Condenar os fígados eventualmente contaminados com o conteúdo gastro-intestinal; e

Marcar com chapinha cor vermelha, (tipo I) no preciso local da lesão ou lesões, que possam ter implicações com a carcaça e os outros órgãos (Por exemplo: tuberculose ou neoplasias). Identificar a peça e notificar as demais linhas de "Mesa de Inspeção", para proceder à separação e marcação com chapinhas de número idêntico, dos órgãos e carcaça correspondentes, para a remessa à Inspeção Final.

### *Linha E - Inspeção da carcaça*

A inspeção da carcaça é realizada em plataformas, que podem ter alturas diferentes para facilitar a inspeção da parte alta (metade superior da meia carcaça) e para a inspeção da parte baixa (metade inferior da meia carcaça).

### *Técnica de inspeção de carcaça*

A inspeção deverá:

Inspecionar visualmente as porções interna e externa das meias carcaças, verificando o aspecto, a coloração, o estado de nutrição, a pele, as serosas abdominal e torácica e as superfícies ósseas expostas;

Verificar se há anormalidades nas articulações e massas musculares, realizando incisões quando necessário;

Inspecionar se existem contaminações de origem gastrointestinal ou biliar, contusões, abscessos, hemorragias ou edemas circunscritos, ou generalizados. Quando as lesões encontradas ou a área porventura contaminada forem superficiais e localizadas, fazer a condenação das partes atingidas e deixar a meia carcaça seguir o seu trajeto normal. Em caso de anormalidade mais pronunciada, desviar a carcaça para o DIF, acompanhada das suas vísceras e partes;

Observar se há rigidez muscular;

Inspecionar, esfoliando com a faca, os nodos linfáticos inguinais superiores (ou retromamários) e ilíacos anterior e posterior, evitando excisá-los ou mesmo deslocá-los, em consideração ao interesse das futuras reinspeções;

Inspecionar, quando for o caso, as glândulas mamárias, incisando-as profundamente, encaminhando-as, quando for constatada lactação ou mamites, para o DIF;

No caso de animais descartados da reprodução, deve ser feita a pesquisa para parasitoses no diafragma, mesmo que esta parasitose não tenha sido detectada nas demais linhas de inspeção;

As carcaças cujas causas de apreensão determinam seu desvio para o DIF, são marcadas nos locais das lesões com chapinhas vermelhas "tipo 1", colocando-se ainda as chapinhas numeradas "tipo 2", cujo número deve manter a correlação com as vísceras; e

Quando for uma causa de ordem geral como caquexia, "cor amarela" ou específica como melanose, criptorquidismo etc., a marcação será feita, tão somente, pelo uso de chapinhas numeradas "tipo 1 e 2" colocadas na carcaça (peito) e nos respectivos órgãos.

Os testículos dos suínos são retirados nas fases preparatórias da carcaça. Se houverem lesões decorrentes de alterações nos testículos ou na bolsa escrotal que tenham reflexo na carcaça, tal será verificado nesta linha de inspeção, através das alterações causadas no sistema linfático da região. Por exemplo: Alterações no linfonodo inguinal e até mesmo alterações visíveis na região caudal da carcaça, devendo esta, então, ser desviada para o DIF.

Ao abatedouro compete fornecer as garantias necessárias para cumprir com os procedimentos de segregação/rastreabilidade. Ao MVI compete avaliar a segurança do processo e as garantias para obtenção dos produtos de acordo com o resultado da inspeção.

#### *Linha F – Inspeção de rins*

Pode ser feita em plataforma ou na mesa de evisceração (vísceras brancas), logo após o desencapsulamento dos rins.

#### *Técnica de inspeção dos rins*

A inspeção deverá:

Retirar os rins da carcaça, ou já na mesa de evisceração, inspecionando-os visualmente, apalpando-os e apreciando a sua coloração, aspecto, volume e consistência, destinando-os, após, às bandejas específicas;

Incisar, quando necessário, a gordura perirrenal, visando a pesquisa de estefanurose; e

Incisar o parênquima, se necessário, verificando o estado das camadas cortical e medular.

## 4.2 CARIMBAGEM

As meias carcaças julgadas como aptas ao consumo humano, após as etapas de preparação e inspeção *post mortem*, devem receber carimbo oficial no quarto dianteiro, no quarto traseiro, na ponta de agulha e no lombo, de forma a demonstrar que foram inspecionadas, além de identificação que garanta a sua rastreabilidade.

## 5. DIF

As inspeções de DIF começam com a análise do conjunto de vísceras desviado na mesa de inspeção, revisando individualmente cada bandeja de vísceras e os cortes realizados, assim como as lesões assinaladas ou não pela equipe de linha, buscando encontrar a causa do desvio ao DIF. Posteriormente a investigação é feita na carcaça, realizada preferentemente em duas plataformas, uma baixa e uma alta, contemplando a revisão das inspeções de cabeça/papada e de carcaça, buscando marcações ou chapinhas que indiquem a causa do desvio. Pode-se utilizar de cortes complementares para investigação de causa patogênica.

A exploração dos linfonodos e das cadeias linfáticas podem ser úteis na informação sobre inflamações ascendentes à rede/linfonodo pesquisado, podendo-se lançar mão de incisões exploratórias complementares da cadeia linfática.

Após a determinação do “diagnóstico” pelo MVI, é dado destino e/ou são retiradas as partes afetadas, sendo que os possíveis destinos determinados às carcaças após a inspeção de DIF, conforme Decreto nº 9.013 de 2017, são os seguintes:

Liberada (L) – Onde poderão ser removidas pequenas porções da carcaça, sendo a mesma liberada para consumo normal;

Condenação parcial (CP) – Onde poderão ser removidas porções mais significativas da carcaça, tais como costela, membros ou parte de membros, sendo o restante da carcaça liberado para consumo normal;

Condenação total (CT) – Quando não for possível o aproveitamento condicional das carcaças, onde todo o conjunto carcaça/vísceras é condenado, não podendo ser utilizado para o consumo humano; e

Aproveitamento condicional, previsto no artigo 172 do Decreto nº 9.013 de 2017.

As vísceras seguirão os destinos das carcaças, como liberação ou destinação condicional, à exceção das estruturas/vísceras que estejam com alguma alteração restrita, que deverão ser condenadas no DIF.

Para as carcaças destinadas ao aproveitamento condicional deverão, ainda, ser apostos os carimbos do modelo 6, previstos no artigo 467 do Decreto nº 9.013 de 2017, em conformidade com o tratamento a ser realizado.

As carcaças liberadas serão carimbadas com o modelo de carimbo nº 2, previsto no artigo 467 do Decreto nº 9.013 de 2017, caso elas não sejam desossadas na mesma unidade industrial. É dispensado o referido carimbo se as meias carcaças forem desossadas na mesma unidade onde ocorreu o abate, conforme parágrafo único do artigo 131 do Decreto nº 9.013, de 2017.

### **5.1. TRATAMENTO TÉRMICO E APROVEITAMENTO CONDICIONAL DE CARCAÇAS SUÍNAS**

É autorizada a utilização do binômio tempo x temperatura de 72°C por 30 minutos, alternativo ao previsto no art. 172, inciso III, letra a do Decreto nº 9.013 de 2017 (76,6°C por 30 minutos), considerando a constatação de que o referido tratamento confere segurança às carnes e produtos cárneos submetidos ao aproveitamento condicional pelo tratamento térmico por meio da aplicação do calor - cozimento.

O agente etiológico alvo utilizado como indicador biológico para avaliação do processo térmico alternativo é o *Mycobacterium* do complexo *avium* – *Mycobacterium avium complex* (MAC).

Essa concessão para a utilização do tratamento térmico alternativo fica restrita à aplicação em carnes e produtos cárneos de suínos.

A temperatura aplicável ao binômio tempo x temperatura alternativo é aquela medida no ponto de aquecimento mais lento do produto, localizado no ponto mais desfavorável em relação à distribuição de calor do equipamento utilizado para o cozimento, não se tratando de temperatura do ambiente do equipamento.

O estabelecimento deverá realizar validação do processo térmico previsto para fins de comprovação do atendimento ao binômio tempo x temperatura determinado para as carnes e produtos cárneos de suínos submetidos ao aproveitamento condicional pelo tratamento térmico por meio da aplicação do calor - cozimento determinado no art. 172, inciso III, letra a (76,6°C por 30 minutos) ou o tratamento térmico alternativo (72°C por 30 minutos).

A validação deverá comprovar documentalmente, com dados técnico-científicos, que o processo térmico, quando aplicado pelo estabelecimento, reproduz de forma consistente os efeitos previstos.

No protocolo de validação, dentre outras informações, deverão constar claramente os limites e critérios adotados para todos os parâmetros de controle do processo e as



avaliações e análises que serão realizadas para comprovar os efeitos da aplicação do processo térmico no produto.

## **5.2. TRÂNSITO DE CARÇAÇAS SUÍNAS COM FINS DE APROVEITAMENTO CONDICIONAL EM OUTRA UNIDADE**

Quanto ao trânsito de carcaças com fins de aproveitamento condicional em outra unidade, tal como autorizado pelo §3º do art. 172 do Decreto nº 9.013 de 2017, deve ser atendido o seguinte:

Não há impedimentos normativos quanto ao transporte das meias carcaças para o aproveitamento condicional pelo calor (cozimento) na mesma carga de carcaças sem destinação especificada, desde que:

As carcaças sujeitas ao tratamento condicional sejam embaladas e identificadas de forma inequívoca identificando o tratamento que precisam receber, sendo transferida a informação de tratamento de forma inequívoca ao estabelecimento destinatário;

A embalagem das carcaças destinadas ao aproveitamento condicional, quando aplicável, deve garantir que as mesmas não sejam fonte de contaminação para as demais carcaças da carga; e

Seja viabilizada a certificação sanitária, considerando, quando for o caso, de forma inequívoca cada destino a ser aplicado em cada uma das carcaça transportadas e sabendo que:

No caso de não ser possível identificar qual a destinação de cada carcaça, todas as carcaças identificadas como sujeitas ao tratamento condicional poderão ser submetidas à "esterilização pelo calor" (tratamento mais rigoroso) ou à condenação (quando houver limitação estrutural no destino), não sendo adequado o seu reencaminhamento para novo destino; e

No caso de não ser viável a identificação de quais carcaças estão sujeitas ao tratamento poderá ser determinada a destinação mais rigorosa para aplicação em todas as carcaças da carga.

Há previsão legal de que se determine previamente o local em que deve ser realizada a desossa das carcaças destinadas ao aproveitamento condicional pelo calor, de acordo com os arts. 482 e 493 do Decreto nº 9.013 de 2017; e

Quanto ao transporte das carcaças de aproveitamento condicional, sem prévia desossa, para aproveitamento condicional, deve ser atendido o seguinte:

Não é identificada a proibição de trânsito do produto de forma prévia a desossa pré-tratamento, no entanto, é também situação não prevista na legislação, ficando o parecer favorável do Serviço de Inspeção condicionado ao atendimento aos preceitos técnicos e normativos; e

Adoção de procedimentos complementares de DIF devem garantir a marcação completa e inequívoca da carcaça com a identificação de destinação ao tratamento condicional (pelo calor) a que se destina, de forma a evitar que, de forma equivocada e despercebida, esta seja processada com carcaça normal ou destinadas ao tratamento mais brando que o necessário em outro estabelecimento.

Quando aplicável o tratamento condicional por estabelecimento sob outro Serviço de Inspeção, de forma análoga à previsão do item 4.12.2 da Portaria MAPA nº 711 de 1995, recomenda-se o uso de lápis de carcaça para anotação simplificada do destino condicional previsto pelo Decreto nº 9.013 de 2017 na pleura pulmonar (área não aproveitável após a desossa): como, por exemplo: "cozimento" ou "esterilização", e assim registrar de forma inequívoca a destinação a ser garantida pelos estabelecimentos envolvidos; e

É também recomendada a descaracterização por cortes simples, lisos e profundos, aplicados no pernil, paleta, costela e filé (sem necessidade de desestruturação das partes ou desossa parcial), para a identificação inequívoca e externa da carcaça pelo SIF destinatário.

## 6. . REGISTROS

Tanto na linha de inspeção, quanto no DIF, os registros são essenciais na rotina da inspeção *post mortem* e refletem a fidedignidade das informações do SIF que auxiliam as tomadas de decisão tanto do setor privado quanto do público.

### *Registros de inspeção de linhas*

Para registro das informações da inspeção *post mortem*, é essencial a identificação adequada dos animais no recebimento (etapa *ante mortem*), seguido da marcação de correspondência entre vísceras e carcaças (incluindo cabeças, quando couber) de forma eficiente.

Nos ábacos das linhas de inspeção, constam os mesmos destinos do FORM DPAV 027 - REGISTRO DE CONDENAÇÕES NAS LINHAS DE INSPECAO, sendo que para a linha A1 deverão constar, além da parte afetada (cabeça/papada), também uma linha para contaminação não gastrointestinal e outra para contaminação gastrointestinal e biliar.

Demais linhas deverão constar, além da parte afetada, também uma linha para contaminação não gastrointestinal, outra para contaminação gastrointestinal e biliar, e ainda uma linha para alteração restrita.

Após os registros em ábacos das diferentes linhas de inspeção, da linha A1 à linha F, os dados serão lançados por lote na planilha de registros dos achados nas linhas de inspeção (FORM DPAV 26 - REGISTRO DE INSPECAO FINAL - DIF SUÍNOS), sendo preenchida a respectiva planilha quando do fechamento de cada lote, sendo que cada lote será preenchido em uma coluna da planilha.

### *Registros do DIF*

O registro em DIF se inicia antes mesmo da carcaça chegar nesta seção, ainda na linha de inspeção, com uma perfeita correlação víscera/carcaça feita pelas chapinhas tipo 1 e 2 e também pelas numerações rastreáveis de carcaça e de vísceras. Sabendo-se que quando a carcaça e o conjunto de vísceras forem desviados para o DIF, não serão registrados os achados na planilha de linha, mas somente na planilha registro da inspeção *post mortem* no DIF (FORM DPAV 25 - REGISTRO DA INSPECAO ANTE MORTEM DE SUINOS).

Após os procedimentos de inspeção realizados no DIF, tendo sido firmado o diagnóstico e a devida destinação das carcaças, devem ser registrados os achados no FORM DPAV 26 - REGISTRO DE INSPECAO FINAL - DIF SUÍNOS. Este formulário foi estruturado para duas situações de registro:

Registro individual das carcaças que tenham sido destinadas ao aproveitamento condicional ou à condenação total ou ao abate de emergência - Neste caso, deve ser registrada no campo específico do formulário, a identificação com a numeração individual da carcaça, a lesão encontrada e a destinação determinada. O registro para os casos de aproveitamento condicional e condenação total deve ser individual por carcaça examinada. Para carcaças previamente sequestradas ou segregadas, abatidas de emergência, além da numeração individual recebida no abate, deve-se registrar, junto a esta numeração, a identificação específica recebida por ocasião do sequestro, de maneira a vincular o exame *ante mortem* com os achados *post mortem*. Por exemplo: Carcaça nº 1100, identificada no sequestro como E12, registrar como E12/1100;

Registro com as quantidades de cada lesão/achado para as carcaças passadas pelo DIF e que tenham sido destinadas à condenação parcial ou liberação. Neste campo, deve-se registrar a lesão/achado e a respectiva quantidade que tenha sido liberada ou condenada parcialmente.

Para um mesmo tipo de achado, mas com destinações diferentes, utilizar a mesma linha e colocar a quantidade total de cada destinação na coluna correspondente. Para as situações em que as vísceras ou cabeças tenham acompanhado estas carcaças, que

foram liberadas ou parcialmente condenadas, deve-se marcar o total dos conjuntos de vísceras vermelhas e brancas que foram condenados, junto à linha da causa que levou à destinação da respectiva carcaça, cabeça e conjunto de vísceras.

Deve ser utilizado um ou mais formulários por lote, conforme a necessidade, não podendo ocorrer misturas de lotes no mesmo formulário. Ou seja, o registro dos achados nos formulários será por lote de abate, independentemente da quantidade de achados por lote;

Para lesões, como a linfadenite granulomatosa, onde a localização da lesão é determinante para o destino dado à carcaça, pode-se agregar ao nome da lesão a parte ou partes afetadas. Por exemplo: Carcaça com linfadenite granulomatosa na cadeia linfática da cabeça e na cadeia mesentérica – linfadenite granulomatosa (cabeça/intestino), conforme a situação. Para as demais lesões não haverá a necessidade de indicação da parte afetada, devido à obviedade do diagnóstico ou devido ao limitado valor estatístico dessa informação;

As demais partes da planilha devem ser preenchidas com a data do abate, a quantidade total de suínos abatidos (de todos os lotes), a quantidade de suínos abatidos do lote e a identificação do lote de abate com as respectivas tatuagens, se for o caso; e

Poderão ainda ser preenchidos de forma eletrônica, seja através do lançamento direto em planilhas, seja através da utilização de sistema de banco de dados eletrônico, com posterior impressão, assinatura e arquivamento, seguindo o modelo oficial sem alterações.

## **7. AVALIAÇÃO DE DESEMPENHO DOS AUXILIARES DE INSPEÇÃO EM ESTABELECIMENTOS SOB REGIME DE INSPEÇÃO PERMANENTE**

O treinamento dos Agentes de Inspeção Sanitária e Industrial de Produtos de Origem Animal e Auxiliares de Inspeção, denominados “equipe”, deverá ser executado conforme o Programa de Treinamento próprio e específico de cada matadouro.

Este programa de treinamento deverá contemplar:

Programa escrito;

Programação anual;

Material teórico; e

Registros auditáveis dos treinamentos.

O Programa escrito deverá estar alinhado ao Programa Geral, normas e diretrizes específicas da DPAV. A programação anual deverá seguir a seguinte frequência mínima:

Semestral - Conteúdo teórico; e

Anual - Avaliação prática.

O material teórico deverá contemplar, no mínimo, o seguinte conteúdo:

Inspeção *post mortem*; e

Revisão completa de todas as linhas de inspeção, com enfoque nos aspectos teóricos incluindo as principais doenças detectáveis, suas possíveis repercussões em saúde pública, destinação e aproveitamento condicional, quando couber.

Consideram-se registros auditáveis dos treinamentos a relação nominal de palestrantes e ouvintes, com datas, horários e descrição do assunto abordado, além do material ministrado.

Os treinamentos teóricos deverão ser ministrados para todos os novos integrantes da equipe e as reciclagens deverão ocorrer em frequência mínima semestral.

Quanto a avaliação prática, após o treinamento inicial dos integrantes da equipe e de estes integrantes serem considerados plenamente aptos a exercer a função, os mesmos deverão ser avaliados no mínimo anualmente, até o dia 31 de outubro de cada ano, usando o modelo de avaliação constante do FORM DPAV 31 - FORMULÁRIO DE AVALIAÇÃO DE AUXILIARES DE INSPEÇÃO.

A avaliação original deverá ser arquivada na sala da Inspeção e estar à disposição, de forma organizada, para auditorias e fiscalizações.

Como parte da avaliação da equipe, o MVI deverá realizar uma verificação de carcaças/miúdos que já passaram pela linha de inspeção, a fim de observar se os procedimentos desenvolvidos na linha estão sendo executados de forma adequada. A verificação deverá ser realizada a cada avaliação individual.

No caso de detecção de falhas durante a avaliação prática, devem ser adotadas ações para adequação do trabalho do integrante da equipe, incluindo a correção imediata do procedimento e o reforço do treinamento se forem observados desvios repetitivos ou suínos.

Os procedimentos descritos acima devem ser registrados conforme o formulário em FORM DPAV 31 - FORMULÁRIO DE AVALIAÇÃO DE AUXILIARES DE INSPEÇÃO



Os certificados de conclusão de treinamentos externos, cedidos para os integrantes da equipe da inspeção, incluindo para MVI, deverão ser mantidos em arquivo (digital e físico) de forma organizada na sala da Inspeção.

## 8. DISPOSIÇÕES GERAIS

Este manual possui caráter orientativo, sendo destinado aos agentes que atuam na inspeção em estabelecimentos registrados no DPAV/DDA/ADAPAR, tendo sido elaborado a partir da base legal vigente.

## 9. DOCUMENTOS RELACIONADOS

FORMULÁRIO	IDENTIFICAÇÃO
FORM DPAV 025	REGISTRO DA INSPECAO ANTE MORTEM DE SUINOS
FORM DPAV 026	REGISTRO DE INSPECAO FINAL - DIF SUÍNOS
FORM DPAV 027	REGISTRO DE CONDENAÇÕES NAS LINHAS DE INSPEÇÃO
FORM DPAV 028	BOLETIM DE NECROPSIA
FORM DPAV 029	FICHA TÉCNICA DE NECROPSIA
FORM DPAV 030	BOLETIM SANITÁRIO SUÍNOS
FORM DPAV 031	AVALIAÇÃO DE AUXILIARES DE INSPEÇÃO